

Sabia que ...

... a Austrália pode ajudar Portugal a pôr o oceano na agenda das negociações do clima?

Portugal é um país pequeno com uma grande dimensão oceânica, mas o oceano é um parente pobre na diplomacia climática. A ministra do Ambiente e Tiago Pitta e Cunha querem pô-lo no centro do palco.

Com a Austrália a liderar as negociações da Conferência do Clima das Nações Unidas em 2026, apoiada pelos Estados-ilha do Pacífico - embora a COP31 decorra na Turquia -, Portugal renova a esperança de conseguir um objetivo da sua diplomacia: fazer com que o oceano tenha um capítulo próprio nas negociações climáticas.

Esperava-se que isto tivesse acontecido este ano, na COP30, no Brasil, mas foi uma esperança gorada. “O Brasil tem duas Amazónias: uma delas é verde, e a outra, azul, porque é dos maiores países do mundo em termos marítimos. Esperávamos que pusesse a questão da natureza de forma muito mais central nas deliberações da Conferência do Clima”, disse Tiago Pitta e Cunha, CEO da Fundação Oceano Azul, na COP30, na cidade amazónica de Belém do Pará.

A ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, expressou a mesma esperança, num jantar com nações e organizações “amigas do oceano”, depois de ter sido conhecido o acordo invulgar para pôr fim à disputa entre a Turquia e a Austrália pela organização da Conferência do Clima das Nações Unidas em 2026.



Expedição científica ao Banco de Gorringe, uma nova área marinha protegida portuguesa: os fundos marinhos e os seres vivos do oceano armazenam grandes quantidades de carbono. (André Kusters/LUSA)

“Não posso falar por Portugal, mas diria que o nosso país deveria ter o mesmo interesse que a Fundação Oceano Azul”, comentou Tiago Pitta e Cunha. “Portugal tem um potencial marinho gigantesco. Quanto mais mar houver nas liberações do clima, melhor é para Portugal”, frisou. “A Austrália apresentou-se como sendo a primeira candidatura a organizar uma COP do clima no oceano Pacífico, que é o principal oceano do planeta, colaborando

com os Estados-ilha do Pacífico, que estão entre os principais afetados pelas alterações climáticas. A subida do nível do mar fará desaparecer várias dessas ilhas, como Tuvalu, por exemplo”. “Isto pode dar uma tonalidade azul-oceânica à próxima COP, algo que a Fundação Oceano Azul vê com grande expectativa”, diz Pitta e Cunha. Fazer com que o oceano tenha um capítulo próprio, dedicado, nas negociações diplomáticas sobre as alterações climáticas é uma das principais metas da fundação, e é o âmago do que levou os seus representantes a Belém do Pará.



Corais vermelhos da costa portuguesa.

Havia esperança de que tivesse sido em Belém que a agenda oceânica ganharia plena autonomia nas negociações sobre o clima. O Presidente brasileiro, Lula da Silva, até deu indicações de que isso podia ser possível. “Na cimeira de chefes de Estado e de Governo que antecedeu a COP30, criou um ponto de agenda só sobre natureza, oceanos e floresta. Isso foi uma novidade positiva”, considerou Tiago Pitta e Cunha.

A ministra do Ambiente também levava essa esperança na bagagem, uma vez que a defesa de dar coerência à agenda do oceano nas negociações do clima é assumida pela diplomacia portuguesa - que acolheu a segunda Conferência do Oceano das Nações Unidas, em 2022, em Lisboa. “Tínhamos esperança de que o Brasil fizesse isso”, disse Graça Carvalho.

Portugal tem empenho em trazer o oceano para o centro das conversações do clima, porque temos muito mais mar do que este magro retângulo de terra que nos cabe: “Seria muito interessante que fossem contabilizados nos nossos compromissos climáticos o dióxido de carbono absorvido pelo mar, ou as atividades de proteção marinhas, porque temos uma dimensão oceânica muito importante”, defendeu a governante.

“O que gostávamos é que houvesse um documento que estabelecesse uma relação muito direta, explícita e expressa, entre o oceano e conseguirmos evitar um aquecimento global acima de 1,5 graus”, adiantou Tiago Pitta e Cunha. Cerca de 90% do calor em excesso do aquecimento global é absorvido pelo oceano, afinal.

Isso, no entanto, tem sido difícil. Muitos analistas dizem que o pecado original é que o oceano não estava contemplado nas três grandes convenções ambientais que saíram da Conferência do Rio de Janeiro, em 1992: a Convenção do Clima, a Convenção da Biodiversidade e a da Desertificação

O Tratado do Alto-Mar, que tem ratificações suficientes para entrar em vigor e deverá ter a primeira reunião da COP em 2026, poderá suprir algumas dessas faltas, nomeadamente ao nível da proteção da biodiversidade marinha no oceano que fica para lá das zonas económicas exclusivas de cada país. Outra arma é o parecer histórico do Tribunal Internacional para a Lei do Mar, de 2024, que considerou que os gases com efeito de estufa são uma forma de poluição marinha, ao abrigo da definição da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) e, por isso, os países estão obrigados a proteger o mar e o clima para lá das metas no Acordo de Paris.



Os sapais têm uma capacidade 5 a 10 vezes maior de fixação de carbono do que outros ecossistemas como as florestas ou as florestas tropicais e por isso estão a ser alvo de um estudo em que participam investigadores da FCUP. FOTO: DR

Mas, apesar de o nosso planeta ser essencialmente oceano, damo-lo como garantido, e não tem sido fácil afirmar a importância da sua preservação em termos políticos. “A verdade é que o oceano tem sido um dos temas mais difíceis de negociar a nível europeu. Os países que não têm mar não têm interesse. Ou dizem: ‘Não somos contra, mas temos outras prioridades’”, adiantou a ministra Graça Carvalho. Isto está a mudar, mas lentamente. “Começa a haver consciência de que todos os países estão rodeados pelo oceano, e que é um fator importantíssimo para a competitividade da Europa, para os recursos naturais, para a estabilidade do clima. Mas não é um assunto simples”, explicou a ministra portuguesa em Belém.

Adaptação da publicação:

<https://www.publico.pt/2025/11/20/azul/noticia/australia-ajudar-portugal-oceano-agenda-negociacoes-clima-2155368>